



**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
RIO GRANDE DO SUL

# Concurso Público Federal

## Edital 19/2016

### PROVA

Área: Contabilidade

#### QUESTÕES OBJETIVAS

Legislação	01 a 10
Conhecimentos Específicos	11 a 40

Nome do candidato: \_\_\_\_\_ Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES

- 1) Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo e se contém 40 questões, numeradas de 1 a 40. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 2) A prova é composta por 40 questões objetivas, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.
- 3) O tempo de duração da prova é de 3h30min(três horas e trinta minutos).
- 4) Não é permitida consulta a qualquer material e os candidatos não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.
- 5) Os telefones celulares e similares não podem ser manipulados e devem permanecer desligados durante o período em que o candidato se encontrar na sala, e devem permanecer em local designado pelo fiscal. Os pertences não utilizados para a prova deverão estar embaixo da carteira, ficando automaticamente excluído o candidato que descumprir essas orientações.
- 6) O candidato só poderá deixar o local após 90min (noventa minutos) do início da prova, exceto os três últimos candidatos, os quais só poderão deixar o local quando todos terminarem a prova.
- 7) O candidato poderá levar consigo o caderno de provas após decorridos 120min (cento e vinte minutos) do início da prova. Não será oferecido outro momento para a retirada do mesmo.
- 8) É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos, assim como recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização.
- 9) O candidato deverá preencher a caneta a Folha de Respostas, preenchendo totalmente a célula correspondente à alternativa escolhida, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. O candidato deverá responder a todas as questões. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- 10) Não haverá substituição da Folha de Respostas em caso de erro do candidato.
- 11) É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**LEGISLAÇÃO**

1. Com base na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assinale abaixo a alternativa CORRETA sobre o Processo Administrativo Disciplinar:

- a) Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 15 (quinze) dias, de demissão ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- b) Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, com prejuízo da remuneração auferida.
- c) O processo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se adivirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada, não podendo a revisão do processo, entretanto, resultar no agravamento da penalidade.
- d) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data da ocorrência do fato, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- e) Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cômjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau.

2. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, analise as afirmativas abaixo, assinalando, a seguir, a alternativa que contém a sequência CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo:

( ) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, bem como o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

( ) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo.

( ) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

( ) Dentre as atribuições do Conselho Tutelar está encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente e requisitar, quando necessário, certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente.

( ) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos reconhecida idoneidade moral, idade superior a 18 (dezoito) anos e residir no Município.

a) V – V – V – F – V.

b) V – V – V – F – F.

c) F – F – F – V – V.

d) F – V – F – F – V.

e) V – F – V – V – F.

3. Considere as assertivas abaixo acerca da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012:

- I. É possível a mudança de regime de trabalho aos docentes em estágio probatório.
- II. A progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico observará, cumulativamente, o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e aprovação em avaliação de desempenho individual.
- III. Conforme regulamentação interna de cada IFE, o RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) poderá ser utilizado para fins de equiparação de titulação para cumprimento de requisitos para a promoção na Carreira.
- IV. O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de qualquer atividade remunerada, pública ou privada.
- V. Ressalvadas as exceções previstas na lei, os professores ocupantes de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal serão submetidos ao regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, ou tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas são **INCORRETAS**:

- a) Apenas III, IV.
- b) Apenas I, IV, V.
- c) Apenas I, III, IV.
- d) Apenas III, IV, V.
- e) Apenas III, V.

4. Com base na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, analise as seguintes afirmativas sobre nomeação, posse e exercício:

- I. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
- II. Somente haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- III. É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da nomeação.
- IV. O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal.
- V. A nomeação em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas são **CORRETAS**:

- a) Apenas I, III, V.
- b) Apenas I, II, IV.
- c) Apenas III, IV.
- d) Apenas II, IV, V.
- e) I, II, III, IV, V.

5. O corpo discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS é constituído por alunos matriculados nos diversos cursos e programas oferecidos pela instituição, classificados nos seguintes regimes:

( ) regular – alunos matriculados nos cursos técnicos de nível médio, nos cursos de graduação e pós-graduação.

( ) temporário – alunos matriculados especificamente em disciplinas isoladas em cursos de graduação e pós-graduação.

( ) especial – alunos matriculados em cursos de extensão e educação continuada.

Analise as afirmativas, identificando com “V” as **VERDADEIRAS** e com “F” as **FALSAS**, assinalando a seguir a alternativa **CORRETA**, na sequência de cima para baixo:

- a) V – F – V.
- b) F – V – V.
- c) V – F – F.
- d) V – V – V.
- e) F – F – F.

6. Com base nas disposições constantes na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Conselho Superior, presidido pelo Reitor, e o Colégio de Dirigentes, presidido por um dos Diretores-Gerais dos Campi, indicado pelo Reitor.
- b) Os Institutos Federais são instituições de educação exclusivamente básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.
- c) Somente poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da Carreira docente, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.
- d) Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.
- e) O Conselho Superior, de caráter normativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos e da sociedade civil, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

**7. Assinale a alternativa que contenha a sequência CORRETA, de cima para baixo, dos parênteses, segundo a Organização Didática (OD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS:**

1. Poderão ser oferecidos somente na modalidade presencial;
2. Poderão ser oferecidos somente na modalidade de educação a distância;
3. Poderão ser oferecidos na modalidade presencial ou de educação a distância.

Cursos Técnicos Integrados de nível médio;

Cursos Técnicos Integrados à Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de nível médio;

Cursos Técnicos de nível médio subsequente;

Cursos Técnicos de nível médio na modalidade de concomitância externa.

- a) 1, 1, 3, 3.
- b) 1, 1, 1, 3.
- c) 1, 2, 3, 3.
- d) 3, 2, 1, 1.
- e) 3, 3, 3, 3.

**8. Sobre as Regras Deontológicas contidas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, instituído por meio do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.
- b) Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- c) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- d) Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- e) Excepcionados os casos que envolvam a segurança nacional, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

9. Os servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, aprovados no estágio probatório do respectivo cargo, que atenderem os seguintes requisitos de titulação, farão jus a processo de aceleração da promoção:

- I. de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista.
- II. de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação do diploma de graduação somado ao Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) – I.
- III. de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.
- IV. de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de certificado de pós-graduação lato sensu somado ao Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) – II.
- V. de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre somado ao Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) – III.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão **INCORRETAS**:

- a) Apenas I, II, III.
- b) Apenas I, III, V.
- c) Apenas II, III, IV.
- d) Apenas II, IV, V.
- e) Apenas III, IV, V.

10. Segundo o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, são princípios da sua ação inclusiva:

- I. A igualdade de oportunidades e de condições de acesso, inclusão e permanência.
- II. O desenvolvimento de competências para a laborabilidade.
- III. A defesa da interculturalidade.
- IV. A garantia da educação pública, gratuita e de qualidade para todos.
- V. A flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão **INCORRETAS**:

- a) Apenas I, IV.
- b) Apenas II, V.
- c) Apenas II, IV.
- d) Apenas II, III, V.
- e) Apenas I, III, IV, V.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

11. Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- (1) Fato Permutativo  
 (2) Fato Modificativo
- ( ) Recebimento em dinheiro de receita de aluguel.  
 ( ) Aquisição a prazo de Móveis e Utensílios.  
 ( ) Aumento de Capital Social com a utilização de Reservas de Capital.  
 ( ) Obtenção de financiamento bancário.  
 ( ) Pagamento de despesa com salários.

- a) 1 – 2 – 2 – 2 – 1.  
 b) 2 – 1 – 2 – 1 – 2.  
 c) 2 – 1 – 2 – 2 – 2.  
 d) 2 – 1 – 1 – 1 – 2.  
 e) 1 – 2 – 2 – 1 – 2.

12. Identifique cada uma das afirmativas abaixo como VERDADEIRA (V) ou FALSA (F), e após assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- ( ) Patrimônio Líquido Positivo (posição superavitária): ocorre quando o valor do Ativo for superior ao do Passivo (obrigações com terceiros).  $A > P$ , ou seja,  $A - P < 0$ .
- ( ) Patrimônio Líquido Negativo (posição deficitária): ocorre quando o valor do Ativo for menor que o Passivo (obrigações com terceiros).  $A < P$ , ou seja,  $A - P < 0$ .
- ( ) Patrimônio Líquido Nulo: ocorre quando os valores do Ativo e do Passivo (obrigação com terceiros) forem exatamente iguais.  $A = P$ , ou seja,  $A - P = 0$ .
- ( ) Patrimônio Líquido Negativo (posição deficitária): ocorre quando o valor do Ativo for menor que o Passivo (obrigações com terceiros).  $A < P$ , ou seja,  $A - P > 0$ .
- ( ) Patrimônio Líquido Positivo (posição favorável): ocorre quando o valor do Ativo for superior ao do Passivo (obrigações com terceiros).  $A > P$ , ou seja,  $A - P > 0$ .

- a) F – V – V – F – V  
 b) V – F – V – V – V.  
 c) F – F – V – F – V.  
 d) V – V – V – F – V.  
 e) F – V – V – V – V.

13. Com base no Balanço Patrimonial a seguir, assinale a opção INCORRETA:

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
	<b>31/12/2013</b>		<b>31/12/2013</b>
	<b>R\$</b>		<b>R\$</b>
<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
Ativo Circulante	840.000,00	Passivo Circulante	520.000,00
Ativo Não Circulante	860.000,00	Passivo Não Circulante	380.000,00
		<b>Patrimônio Líquido</b>	800.000,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.700.000,00</b>	<b>Passivo + PL</b>	<b>1.700.000,00</b>

- a) O valor dos capitais de terceiros é de R\$ 900.000,00.  
 b) O valor da situação líquida da empresa é favorável em R\$ 800.000,00.  
 c) O valor das aplicações de recursos é de R\$ 1.700.000,00.  
 d) O valor do capital próprio é de R\$ 800.000,00.  
 e) O valor dos recursos totais da empresa é de R\$ 800.000,00.

14. Na Empresa Mattos, no mês de março de X1, ocorreram as seguintes operações com mercadorias:

Data: 10.03.X1

Operação: Compra de mercadorias

Quantidade: 100 unidades

Valor unitário: R\$ 80,00 por unidade

IPI destacado: R\$ 800,00

ICMS destacado: R\$ 400,00

Frete pago pelo comprador: R\$ 100,00

Data: 15.03.X1

Operação: Venda de mercadorias

Quantidade: 50 unidades

Valor Unitário: R\$ 120,00 por unidade

ICMS destacado: R\$ 425,00

Frete pago pelo vendedor: R\$ 100,00

Descontos Comerciais: R\$ 200,00

Considerando as informações acima, é **CORRETO** afirmar que o Custo das Mercadorias Vendidas e o Lucro Bruto da empresa são, respectivamente, de:

- a) R\$ 3.450,00 e R\$ 1.925,00.
- b) R\$ 4.250,00 e R\$ 1.125,00.
- c) R\$ 4.200,00 e R\$ 1.175,00.
- d) R\$ 4.200,00 e R\$ 1.075,00.
- e) R\$ 4.250,00 e R\$ 1.325,00.

15. Uma empresa industrial adquiriu uma máquina por R\$ 20.000,00, em 02 de janeiro de 2013. Foi estimado um tempo de vida útil de cinco (5) anos e o valor residual de R\$ 5.000,00. Decorridos dois anos completos de uso, a referida máquina foi vendida por R\$ 10.000,00, à vista. Sabendo-se que a depreciação foi realizada pelo método da soma dos dígitos dos anos, o valor do resultado da venda da máquina, com base nas informações fornecidas, é um(a):

- a) ganho de R\$ 1.000,00.
- b) perda de R\$ 3.000,00.
- c) perda de R\$ 2.000,00.
- d) ganho de R\$ 5.000,00.
- e) perda de R\$ 1.000,00.

16. O estoque de mercadorias da empresa Comercial AJ, em 30.11.X1, totalizava R\$ 15.000,00. No mês de dezembro de X1, ocorreram as seguintes movimentações em seu estoque:

- 1) Aquisição de mercadorias a prazo no valor de R\$ 10.000,00, sendo obtido no ato da compra um desconto comercial de 20%, com ICMS de 12%, com IPI de 10%. O frete foi pago pelo vendedor no valor de R\$ 500,00.
- 2) Venda de mercadorias a prazo valor de R\$ 30.000,00, sendo concedido um desconto comercial de 20%, ICMS de 12%.

Sabendo-se que o estoque de mercadorias no final do período totalizou R\$ 7.000,00, é **CORRETO** afirmar que o Custo das Mercadorias Vendidas, o Lucro Bruto e o saldo de ICMS a Recolher são, respectivamente, de:

- a) R\$ 15.840,00; R\$ 10.560,00; R\$ 2.640,00.
- b) R\$ 17.800,00; R\$ 3.320,00; R\$ 1.680,00.
- c) R\$ 15.840,00; R\$ 5.280,00; R\$ 1.920,00.
- d) R\$ 17.800,00; R\$ 3.320,00; R\$ 1.920,00.
- e) R\$ 16.340,00; R\$ 4.780,00; R\$ 2.640,00.



17. Com base no saldo das contas abaixo, calcule o valor do Custo das Mercadorias Vendidas e da Receita Líquida, respectivamente. Após, assinale a alternativa CORRETA:

Contas	Valor em R\$
Caixa	90.000,00
Juros Passivos	1.000,00
ICMS sobre Vendas	75.000,00
Estoque Inicial	80.000,00
Descontos Obtidos	800,00
Cofins sobre Vendas	12.500,00
Devolução de Vendas	1.000,00
Estoque Final	90.000,00
Compras de Mercadorias	120.000,00
Receitas a Vencer	4.000,00
Devolução de Compras	4.000,00
Abatimentos sobre Vendas	7.000,00
Variações Monetárias Ativas	200,00
Ganho na Venda de um Bem do Ativo Imobilizado	800,00
Vendas de Mercadorias	420.000,00
Juros Ativos	2.000,00
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	5.000,00
Descontos Concedidos	3.000,00
Abatimentos sobre Compras	1.000,00
Pis sobre Vendas	2.700,00

- a) R\$ 105.000,00 e R\$ 321.800,00.  
 b) R\$ 105.000,00 e R\$ 323.600,00.  
 c) R\$ 105.000,00 e R\$ 322.600,00.  
 d) R\$ 97.000,00 e R\$ 327.600,00.  
 e) R\$ 103.000,00 e R\$ 323.600,00.

18. A Empresa Ponto X Comercial apresentou os seguintes saldos contábeis, em 31.12.X3:

Contas	Valor em R\$
Caixa	30.000,00
Contas a Pagar (vencimento em 120 dias)	20.000,00
Adiantamento de Clientes a Curto Prazo	10.000,00
Juros Ativos	1.000,00
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6.000,00
Duplicatas a Receber (vencimento em 90 dias)	50.000,00
Empréstimos a Pagar (vencimento em 300 dias)	100.000,00
Estoque de Mercadorias	80.000,00
Obras em Andamento	80.000,00
Empréstimos a Pagar (vencimento em 500 dias)	90.000,00
Despesas Pagas Antecipadamente	5.000,00
Duplicatas Descontadas	20.000,00
Duplicatas a Receber (vencimento em 400 dias)	60.000,00
Adiantamento a Fornecedores a Curto Prazo	20.000,00
Duplicatas a Receber (vencimento em 30 dias)	150.000,00
Encargos Financeiros a Transcorrer	30.000,00

Após o encerramento do exercício, o total do Ativo Circulante e o total do Passivo Circulante são, respectivamente, de:

- a) R\$ 309.000,00 e R\$ 100.000,00
- b) R\$ 330.000,00 e R\$ 150.000,00
- c) R\$ 329.000,00 e R\$ 120.000,00
- d) R\$ 329.000,00 e R\$ 150.000,00
- e) R\$ 330.000,00 e R\$ 130.000,00

19. No final do exercício social de X4, após o primeiro ano de suas atividades, a Empresa Bom Gosto Comercial preparou a seguinte demonstração:

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
	<b>R\$</b>		<b>R\$</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>107.000,00</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>25.000,00</b>
Caixa	22.000,00	Fornecedores	25.000,00
Clientes	40.000,00		
( - ) PECLD	2.000,00	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>82.000,00</b>
Mercadorias	45.000,00	Capital Social	70.000,00
		Lucros Acumulados	12.000,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>107.000,00</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>	<b>107.000,00</b>

No ano de X5, verificou-se que os clientes pagaram integralmente os R\$ 40.000,00, não ocorrendo as perdas antes estimadas, ou seja, a PECLD (Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa) não foi utilizada. Sendo assim, o lançamento contábil de ajuste, em 31.12.X5, será:

- a) Débito: Reversão da PECLD (Receita) R\$ 2.000,00  
 Crédito: PECLD (Ativo) R\$ 2.000,00
- b) Débito: PECLD (Ativo) R\$ 2.000,00  
 Crédito: Reversão da PECLD (Despesa) R\$ 2.000,00
- c) Débito: Clientes R\$ 2.000,00  
 Crédito: PECLD (Ativo) R\$ 2.000,00
- d) Débito: PECLD (Ativo) R\$ 2.000,00  
 Crédito: Reversão da PECLD (Receita) R\$ 2.000,00
- e) Débito: Despesas com PECLD (Despesa) R\$ 2.000,00  
 Crédito: Clientes R\$ 2.000,00

20. Uma empresa foi constituída em 01.10.X4. O Capital Social foi autorizado no valor de R\$ 100.000,00, pelos sócios A e B, ambos com 50% do capital. Durante o mês de outubro ocorreram as seguintes movimentações:

Em 01.10.X4 o capital social foi integralizado da seguinte forma: 70% do capital foi integralizado pelos sócios A e B em dinheiro, em partes iguais, e o restante será integralizado pelos sócios em 40 dias, também em partes iguais;

Em 01.10.X4 a empresa fez a assinatura do Jornal ABC, válida por 12 meses, pagamento à vista, o valor de R\$ 1.200,00;

Em 12.10.X4 aquisição de mercadorias para revenda no valor de R\$ 10.000,00, sendo pago 50% à vista e o restante para 60 dias;

Em 13.10.X4 venda a prazo de 50% da aquisição realizada no dia 12.10.x4, ao valor de R\$ 30.000,00;

Em 31.10.X4 foi apropriado o valor correspondente à assinatura do jornal.

Com base nas informações acima e após o registro das referidas movimentações, desconsiderando-se a incidência de tributos e a distribuição de lucros, é **CORRETO** afirmar que:

- O valor do Ativo Circulante é R\$ 98.800,00; o valor do Passivo Circulante é R\$ 5.000,00 e o valor do Patrimônio Líquido é R\$ 93.800,00.
- O valor do Ativo Circulante é R\$ 99.900,00; o valor do Passivo Circulante é R\$ 5.000,00 e o valor do Patrimônio Líquido é R\$ 94.900,00.
- O valor do Ativo Circulante é R\$ 129.900,00; o valor do Passivo Circulante é R\$ 5.000,00 e o valor do Patrimônio Líquido é R\$ 124.900,00.
- O valor do Ativo Circulante é R\$ 104.900,00; o valor do Passivo Circulante R\$ 5.000,00 e o valor do Patrimônio Líquido é R\$ 99.900,00.
- O valor do Ativo Circulante é R\$ 100.000,00; o valor do Passivo Circulante é R\$ 5.000,00 e o valor do Patrimônio Líquido é R\$ 95.000,00.

21. Leia as afirmativas referentes à terminologia básica de custos:

- Em uma compra de matéria-prima a prazo, o gasto ocorre imediatamente e o desembolso só ocorrerá no momento do pagamento.
- Tanto o gasto quanto o custo se referem sempre a insumos utilizados na produção.
- A despesa se refere ao valor de insumos consumidos na produção, mas de forma indireta.
- O custo se refere à parcela do gasto que é aplicada na produção, sendo desembolsado ou não.
- Quando ocorre a compra de uma máquina para a produção tem-se um gasto. A utilização da máquina em determinado período dá origem a custos.
- Conforme a terminologia básica de custos, a aquisição de matéria-prima é classificada como Investimento.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão **CORRETAS**:

- I, II, III, IV, V, VI.
- Apenas II, III, IV, VI.
- Apenas I, II, III, IV, V.
- Apenas I, II, IV.
- Apenas I, IV, V, VI.

**22. No que se refere à classificação de custos, pode-se afirmar que:**

- I. O custo variável unitário varia em função do volume de produção.
- II. Os custos diretos são facilmente relacionados com as unidades de alocação de custos, enquanto que os custos indiretos necessitam de alocações por meio de critérios.
- III. Os custos de transformação são os custos com mão de obra direta e com matéria-prima.
- IV. O custo fixo unitário varia em função do volume de produção.
- V. Os custos também podem ser classificados em custos relevantes e não relevantes. A classificação é feita tendo como base a tomada de decisões, sendo que os custos relevantes identificados em um tipo de decisão serão os mesmos para outras decisões a serem tomadas.
- VI. O salário do pessoal da limpeza do chão de fábrica é um exemplo de custo indireto de fabricação.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão **CORRETAS**:

- a) Apenas II, IV, VI.
- b) Apenas II, III.
- c) Apenas I, VI.
- d) Apenas I, III.
- e) I, II, III, IV, V.

**23. A empresa Confex produz camisetas térmicas, as quais são vendidas por R\$ 88,00 a unidade. Sua capacidade de produção é de 2.000 unidades por mês. No mês de outubro a empresa produziu 1.200 unidades, das quais vendeu 800 unidades. No referido mês a empresa teve os seguintes custos e despesas:**

Custos variáveis: R\$ 42,00 /unidade

Custos fixos: R\$ 14.400,00

Despesas fixas: R\$ 1.800,00

De acordo com os dados, e considerando que não havia estoques iniciais, o custo unitário, o custo da produção vendida e o estoque final, conforme os sistemas de custeio por absorção e de custeio direto ou variável, são, **RESPECTIVAMENTE**:

- a) R\$ 42,00, R\$ 54,00, R\$ 33.600,00, R\$ 43.200,00, R\$ 16.800,00, R\$ 21.600,00.
- b) R\$ 55,50, R\$ 42,00, R\$ 44.400,00, R\$ 43.200,00, R\$ 22.200,00, R\$ 16.800,00.
- c) R\$ 42,00, R\$ 60,00, R\$ 33.600,00, R\$ 48.000,00, R\$ 16.800,00, R\$ 24.000,00.
- d) R\$ 54,00, R\$ 42,00, R\$ 43.200,00, R\$ 33.600,00, R\$ 21.600,00, R\$ 16.800,00.
- e) R\$ 49,20, R\$ 42,00, R\$ 39.360,00, R\$ 33.600,00, R\$ 19.680,00, R\$ 16.800,00.

**24. No que se refere ao custo padrão, é INCORRETO dizer que:**

- a) A sistemática do custo padrão pode ser aplicada a todos os custos ou aos custos mais relevantes, dependendo do que a empresa julgar mais conveniente.
- b) O procedimento do custo padrão fixa padrões de comportamento dos custos, determina e discrimina variações encontradas e aponta caminho para a procura das causas das variações.
- c) Para possibilitar sua aplicação, a sistemática do custo padrão precisa estar integrada no sistema de custos da empresa.
- d) Para analisar as causas das variações do custo, por exemplo, com matéria-prima, podem-se separar em variação da quantidade, variação do preço e variação mista.
- e) O objetivo do procedimento do custo padrão é dar suporte para o controle dos custos de produção da empresa.

**25. Conforme o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido:**

- a) pelas reservas de lucros, pelos lucros acumulados, pelas reservas de capital e reserva legal, nessa ordem.
- b) pelos lucros acumulados, pelas reservas de capital e pela reserva legal, nessa ordem.
- c) pelas reservas de lucros, pelas reservas de capital e pelos lucros acumulados, nessa ordem.
- d) pelos lucros acumulados, pela reserva legal e pelas reservas de lucros, nessa ordem.
- e) pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

**26. De acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, considerando as alterações posteriores, no que se refere ao dividendo obrigatório, é CORRETO afirmar que:**

- a) Os acionistas receberão o dividendo obrigatório somente quando a parcela de lucros estiver estabelecida no estatuto.
- b) Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.
- c) Quando o estatuto for omissivo, os acionistas têm direito de receber metade do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido somente da importância destinada à constituição da reserva legal.
- d) O pagamento do dividendo obrigatório não poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado.
- e) O estatuto somente poderá estabelecer o dividendo como porcentagem do lucro ou do capital social, não sujeitando, dessa forma, os acionistas ao arbítrio dos órgãos de administração ou da maioria.

**27. De acordo com o artigo 176 da Lei nº 6.404/76 (e alterações posteriores), a diretoria de companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras:**

- a) Balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício e demonstração dos fluxos de caixa.
- b) Balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.
- c) Balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício e demonstração do valor adicionado.
- d) Balanço patrimonial, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado do exercício e demonstração dos fluxos de caixa.
- e) Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.

28. Leia as afirmativas sobre a avaliação de investimentos pelos métodos de custo e de equivalência patrimonial e marque a alternativa **CORRETA**:

- I. Na aplicação do método da equivalência patrimonial, o saldo contábil do investimento é dado pela aplicação do percentual de participação do investidor sobre o patrimônio líquido da coligada ou controlada.
- II. Independente do percentual de participação no capital, sempre que a investidora concluir que possui influência significativa sobre outra sociedade, esta atende ao conceito de coligada e, por isso, a investidora deve avaliar esse investimento pela equivalência patrimonial.
- III. Influência significativa é definida pelo CPC 18 como o poder de participar das decisões financeiras e operacionais de uma entidade, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.
- IV. No método de custo os dividendos são registrados como receitas no momento em que são declarados e distribuídos ou reconhecidos pela empresa investida.
- V. Os investimentos permanentes em controladas serão, por todas as entidades, avaliados pela equivalência patrimonial.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- a) Apenas I, II, III, V.
- b) Apenas II, III, IV.
- c) I, II, III, IV, V.
- d) Apenas I, III, IV.
- e) Apenas II, III.

29. A companhia Determinada S.A tinha, no mês de outubro, um saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 200.000,00. Durante o referido mês, teve as seguintes operações:

- Recebimento de Clientes no valor de R\$ 80.000,00.
- Pagamento de Fornecedores no valor de R\$ 40.000,00.
- Pagamento de Dividendos no valor de R\$ 26.000,00.
- Pagamento de parcela de Empréstimo no valor de R\$ 10.000,00.
- Compra de um Veículo para uso da empresa, com pagamento a ser realizado em 90 dias, no valor total de R\$ 30.000,00.
- Integralização de capital, em dinheiro, no valor de R\$ 100.000,00.
- Aquisição de ações de outras companhias, à vista, no valor de R\$ 20.000,00.

Considerando as operações citadas na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), de acordo com as recomendações do Pronunciamento CPC 03 (R2), o resultado dos fluxos de caixa oriundos das operações de Financiamentos será:

- a) Positivo em R\$ 44.000,00.
- b) Positivo em R\$ 64.000,00.
- c) Negativo em R\$ 26.000,00.
- d) Positivo em R\$ 54.000,00.
- e) Positivo em R\$ 84.000,00.

**30. No que se refere à DLPA – Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, conforme a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, é INCORRETO afirmar que:**

- a) A DLPA discriminará, entre outros itens, a transferência para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporados ao capital e o saldo do fim do período.
- b) Na DLPA, serão considerados como ajustes de exercícios anteriores apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- c) A DLPA, de acordo com o artigo 186, discriminará, entre outros itens, o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial.
- d) A DLPA deverá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia, e poderá indicar o montante do dividendo por ação do capital social.
- e) Quando a companhia elabora e publica a DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, fica desobrigada da elaboração e publicação da DLPA.

**31. O produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição, conforme a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, deve:**

- a) Transitar pelo resultado.
- b) Ser reconhecido em conta de reserva de capital.
- c) Ser reconhecido em conta de reserva de lucro.
- d) Ser reconhecido em conta redutora das despesas financeiras.
- e) Ser contabilizado no passivo.

**32. O artigo 223 da Lei nº 6.404/76 descreve sobre o processo de incorporação, fusão e cisão entre sociedades. Leia as afirmativas e marque a alternativa CORRETA:**

- I. A incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais ou diferentes e deverão ser deliberadas na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.
- II. Se a incorporação, fusão ou cisão envolverem companhia aberta, as sociedades que a sucederem deverão optar por companhia aberta ou fechada no prazo máximo de 120 dias, contados da data da assembleia geral que aprovou a operação.
- III. Os sócios ou acionistas das sociedades incorporadas, fundidas ou cindidas receberão, diretamente da companhia emissora, as ações que lhes couberem.
- IV. Conforme o §4º do artigo 223, a incorporação, fusão ou cisão dá ao acionista o direito de retirar-se da companhia, mediante reembolso das suas ações no prazo máximo de 30 dias, contados da data da assembleia geral que aprovou a operação.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- a) I, II, III, IV.
- b) Apenas I, II, III.
- c) Apenas II, IV.
- d) Apenas I, II.
- e) Apenas I, III.



33. Ao elaborar a proposta orçamentária, o município fictício "Mundo Encantado" não incluiu receitas de uma autarquia que faz parte da administração indireta do município em questão. Entretanto, a opção pela não inclusão da receita mencionada foi porque esse recurso seria utilizado pela própria autarquia para cobrir parte de suas despesas. Ao analisar esse fato à luz dos princípios orçamentários, é CORRETO afirmar que:

- a) O ato contraria o princípio do orçamento bruto.
- b) O ato está de acordo com o princípio da unidade porque as receitas da autarquia não devem compor o orçamento da administração direta.
- c) O ato contraria o princípio da universalidade.
- d) O ato está de acordo com o princípio do orçamento bruto, tendo em vista que o valor da receita será utilizado para cobrir despesas da própria autarquia.
- e) O ato está de acordo com o princípio da exclusividade porque a lei orçamentária não pode conter receitas da administração indireta, mesmo que esta seja dependente.

34. De acordo com Carvalho (2014), que faz referência ao artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais deverá ser justificada e ainda indicar as fontes de recursos. O superávit financeiro é um dos recursos que pode ser utilizado para abertura de tais créditos adicionais. Logo, com relação ao superávit financeiro, é CORRETO afirmar que:

- a) É apurado no balanço patrimonial e corresponde à diferença positiva entre o ativo circulante e o passivo circulante.
- b) Corresponde à diferença positiva entre ingressos e dispêndios e é apurado no balanço financeiro.
- c) Corresponde à diferença entre as receitas previstas e as despesas fixadas e é apurado no balanço orçamentário.
- d) Corresponde à diferença positiva entre as disponibilidades e passivos financeiros e é apurado no balanço patrimonial.
- e) Corresponde à diferença positiva entre as receitas e os desembolsos e é apurado no fluxo de caixa.

35. Na proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de um estado fictício, constam as receitas e despesas, apresentadas no quadro a seguir.

Receitas Previstas	R\$	Despesas Fixadas	R\$
(A) CORRENTE	45	(A) CORRENTE	40
Tributária	25	Pessoal e encargos	25
Receita de Serviços	15	Juros e encargos da dívida	10
Transferências Correntes	5	Outras despesas correntes	5
(B) DE CAPITAL	25	(B) DE CAPITAL	30
Operações de Crédito	10	Investimentos	10
Alienação de Bens	5	Inversões financeiras	5
Amortização de Empréstimos	10	Amortização da dívida	15
TOTAL ( A + B)	70	TOTAL (A + B)	70

De acordo com Carvalho (2014), considerando-se o artigo 167 da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que trata da Regra de Ouro, com relação ao quadro de receitas e despesas do estado fictício, é **CORRETO** afirmar que:

- O estado fictício poderá realizar o montante de R\$ 5 em operações de créditos para utilizar em despesas correntes.
- O estado fictício poderá realizar o montante de R\$ 20 em operações de créditos para utilizar em despesas de capital.
- O estado fictício poderá realizar o montante de R\$ 15 em operações de créditos para utilizar em despesas correntes.
- O estado fictício poderá realizar o montante de R\$ 20 em operações de créditos para utilizar em despesas correntes.
- O estado fictício poderá realizar o montante de R\$ 35 em operações de créditos para utilizar em despesas correntes.

36. O artigo 38 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece condições para a realização das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO). Com relação ao referido artigo, é **CORRETO** afirmar que:

- A ARO realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- O valor principal da ARO deverá ser liquidado até o dia 10 de dezembro de cada ano e a liquidação dos juros até 10 de janeiro do ano seguinte.
- A ARO pode ser contratada mesmo que exista operações de mesma natureza não integralmente resgatada.
- A receita e a autorização da ARO deverão constar da Lei Orçamentária Anual.
- A ARO realizar-se-á a partir da aprovação da Lei Orçamentária Anual.

37. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. E, por sua vez, o MCASP, na parte V, informa a estrutura e o que deve ser evidenciado no referido relatório. Assim, de acordo com o MCASP, a coluna Dotação Atualizada é utilizada para:

- Identificar os valores da previsão atualizada das receitas dos exercícios mediante a inclusão da reestimativa de receita utilizada para abertura de créditos adicionais.
- Identificar os valores correspondentes à diferença entre a dotação inicial e a dotação efetivamente utilizada no exercício.
- Identificar os valores correspondentes à diferença entre a previsão inicial e a despesa empenhada no exercício.
- Identificar o valor da dotação inicial mais o refinanciamento decorrente da colocação de títulos públicos no mercado.
- Identificar o valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes.

38. No exercício social de X2, a Empresa Comercial Raio de Sol apresentou no balancete de dezembro os seguintes saldos:

	R\$
Vendas de mercadorias	30.000 C
Receita de juros	500 C
Resultado Positivo de equivalência patrimonial	2.000 C
Reversão de Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	1.000 C
Depreciação	200 D
Sal	1.500 D
FGTS	150 D
INSS	300 D
Custo das mercadorias vendidas	10.000 D
ICMS sobre vendas	5.000 D

Informação adicional: O ICMS a recuperar incidente sobre as compras das mercadorias que a empresa adquiriu e comercializou no período foi de R\$ 1.000,00.

Considerando-se os valores apresentados da Comercial Raio de Sol, com relação à Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é **CORRETO** afirmar que:

- O valor Adicionado Líquido produzido pela entidade é de R\$ 17.000,00.
- O valor Adicionado Bruto é de R\$ 20.000,00.
- O valor Adicionado Bruto é de R\$ 21.000,00.
- O valor Adicionado Bruto é de R\$ 22.500,00
- O valor Adicionado Líquido produzido pela entidade é de R\$ 21.300,00.

39. A Prefeitura Fictícia de Orion realizou no exercício X2 as seguintes operações:

Despesas Orçamentárias empenhadas	R\$ 600.000,00
Despesas Orçamentárias Liquidadas	R\$ 500.000,00
Despesas Orçamentárias Pagas	R\$ 350.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	R\$ 30.000,00
Devolução de depósitos judiciais	R\$ 10.000,00
Recebimento de cauções	R\$ 5.000,00
Recebimento de tributos	R\$ 750.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas da Prefeitura Fictícia de Orion, com relação ao Balanço Financeiro, é **CORRETO** afirmar que:

- O total da Despesa Extraorçamentária é de R\$ 10.000,00.
- O total da Receita Extraorçamentária é de R\$ 5.000,00.
- O total da Receita Extraorçamentária é de R\$ 255.000,00.
- O total da Receita Extraorçamentária é de R\$ 285.000,00.
- O total da Despesa Extraorçamentária é de R\$ 260.000,00.

**40. Na execução do orçamento público, o cronograma de desembolso visa adequar os desembolsos com as entradas de recursos financeiros e de acordo com a previsão legal, assim definido:**

- a) O Poder executivo aprovará, de acordo com o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, um quadro com cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária ficará autorizada a utilizar.
- b) O Poder Executivo, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 4.320/1964, deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- c) O Poder Executivo, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 4.320/1964, deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução de desembolso bimestral e avaliação trimestral do desempenho da receita.
- d) O poder Executivo deverá, de acordo com o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- e) O acompanhamento e avaliação do desempenho da receita, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá ser trimestral.